

## Como vai o PRR português

A contratualização da totalidade dos investimentos, que ascendem a 16.644 milhões de euros, terminou em abril de 2022. E os investimentos já aprovados ascendem a 12.249 milhões, o que corresponde a uma taxa de aprovação de 74%, que parece promissora para o aproveitamento dos fundos que Portugal irá receber até 2026.

Mas há um senão: é que as transferências realmente efetuadas para os beneficiários (investidores) são muito inferiores aos investimentos já aprovados. No final do primeiro trimestre apenas 1.720 milhões de euros, tinham sido pagos a beneficiários diretos e finais, ou seja cerca de 14% do aprovado e 10% do valor contratado total. Um dos fatores por detrás do registo de taxas de pagamento tão reduzidas, poderá ser adiamento de decisões de investimento, dado o ambiente de maior incerteza que afetou a atividade na segunda metade de 2022, a que acresce o aumento dos custos de produção (incluindo mão de obra, custos de financiamento mais altos, preços dos materiais) que tem vindo a acontecer desde o ano passado. De notar, que as transferências para os investidores só ocorrem após estes apresentarem as despesas relacionadas com os projetos já aprovados.

Dito isto, como tem sido a distribuição dos fundos pelos vários beneficiários? Primeiramente, constatamos que a distribuição entre os pagamentos a beneficiários diretos – entidades públicas responsáveis pelos investimentos e beneficiários finais – entidades publicas ou privadas cujos

projetos foram selecionados – tem vindo a tornar-se mais equilibrada; em março, os beneficiários finais, que abrangem o setor privado, já ultrapassavam ligeiramente os fundos absorvidos pelo setor público: 915 milhões de euros no caso dos primeiros e 805 no caso dos segundos. Assim, no final do primeiro trimestre, a distribuição percentual entre estes dois tipos de beneficiários era idêntica: 50% para cada, representando uma significativa recuperação dos beneficiários finais, que até outubro de 2022 tinham recebido menos de 25% dos valores pagos.

Por tipo de beneficiário, as entidades públicas e as empresas públicas estão entre as que mais fundos receberam; contudo face ao valor dos projetos aprovados ainda apresentam taxas de pagamento reduzidas, na ordem dos 13%. Por sua vez, famílias e escolas são os setores cujos pagamentos mais se aproximam dos montantes aprovados, possivelmente refletindo a menor complexidade dos investimentos. No caso das famílias estarão essencialmente em causa os apoios à melhoria da eficiência energética residencial e no caso das escolas, os apoios no âmbito do programa de transição digital das mesmas, que inclui, por exemplo, a aquisição de computadores para professores e alunos e de projetores digitais para as escolas.<sup>1</sup> Nestes dois recetores de fundos, os montantes aprovados até março também já excedem os valores orçamentados até março de 2023,<sup>2</sup> que no caso das melhorias na eficiência residencial era de 136 milhões de

### Montantes aprovados e pagos por tipo de beneficiário

	Montante Aprovado (milhões de €)			Montante Pago (milhões de €)			Taxa de Pagamento (%)		
	2021	2022	Março 2023	2021	2022	Março 2023	2021	2022	Março 2023
Famílias	21	136	161	19	123	136	90,5	90,4	84,5
Instituições de Economia Solidária e Social	1	270	311	0	34	41	0,0	12,6	13,2
Empresas	0	2.829	3.440	0	153	285	100,0	5,4	8,3
Instituições Sistema Científico e Tecnológico	0	131	286	0	9	15	–	6,9	5,2
Instituições de Ensino Superior	0	609	614	0	41	66	–	6,7	10,7
Escolas	228	247	253	30	212	218	13,2	85,8	86,2
Autarquias e Áreas Metropolitanas	120	1.105	1.265	16	103	119	13,3	9,3	9,4
Entidades Públicas	1.536	3.437	4.103	140	455	541	9,1	13,2	13,2
Empresas Públicas	1.614	2.186	2.230	155	279	299	9,6	12,8	13,4
<b>TOTAL</b>	<b>3.520</b>	<b>10.950</b>	<b>12.663</b>	<b>360</b>	<b>1.409</b>	<b>1.720</b>	<b>10,2</b>	<b>12,9</b>	<b>13,6</b>
<b>% do total do PRR</b>	<b>21,1</b>	<b>65,8</b>	<b>76,1</b>	<b>2,2</b>	<b>8,5</b>	<b>10,3</b>			

Fonte: Banco BPI com dados do Plano de Recuperação e Resiliência - recuperaportugal.gov.pt

- Embora a aquisição deste material, nomeadamente, computadores tenha sido realizado há alguma incerteza quanto ao cumprimento do objetivo de aumento da digitalização do ensino na medida em que muitos dos computadores comprados ainda não terão sido distribuídos.
- Os valores orçamentados são anuais. Admite-se igual distribuição do valor anual pelos 4 trimestres do ano.

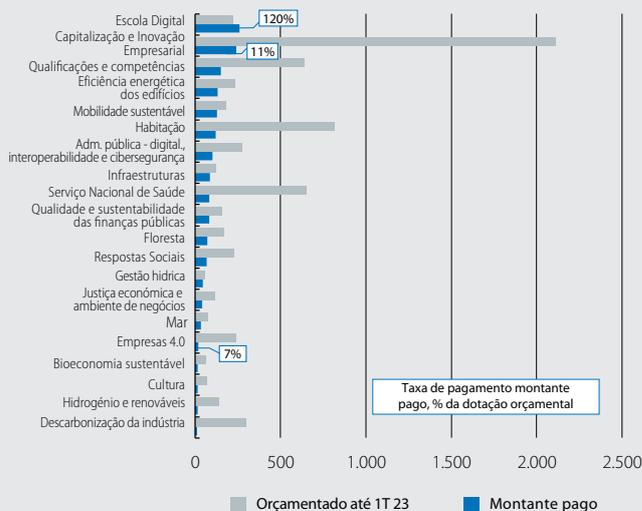
euros e no da transição digital das escolas era de 218 milhões. No polo oposto, estão as empresas e os investimentos na descarbonização da indústria, com taxas de pagamento dos investimentos já aprovados de apenas 7,1% e 3,4%, respetivamente.

Em 2022 registou-se uma aceleração dos montantes aprovados e pagos face ao ano anterior. O montante global dos investimentos aprovados subiu para 10.950 milhões de euros, dos quais 7.430 milhões foram aprovados no último ano, mais que duplicando o valor de 2021; nos pagamentos, a trajetória foi idêntica, mas mais forte, tendo os pagamentos praticamente quadruplicado em 2022, tendo atingido cerca de 1.410 milhões de euros. Os primeiros dados relativos a 2023, dão sinais de uma ligeira aceleração tanto nas aprovações como nos pagamentos, tendo a média mensal das aprovações e pagamentos aumentado para 685 milhões em 2023 face a 619 milhões em 2022 no caso dos montantes aprovados; e para 104 milhões de 87 milhões no caso dos pagamentos. Por setores, a aceleração das aprovações no início de 2023 é significativa no caso dos investimentos de empresas, passando de uma média mensal de 236 milhões em 2022 para 244 milhões em 2023, e os pagamentos médios mensais de 13 milhões para 44 milhões, o que poderá indicar o incremento da taxa de investimento das empresas, já que a receção de fundos está dependente da apresentação de despesas por parte dos beneficiários.

A análise da taxa de pagamento face ao orçamentado padece do mesmo problema, ou seja, baixa taxa de execução que no final do 1T representava cerca de 25% dos valores orçamentados até ao período. O valor orçamentado total para os investimentos até ao 1T ascende a 6.826 milhões de euros, mas apenas cerca de 1.700 milhões foram pagos.

A componente capitalização e inovação empresarial é a que concentra o maior valor orçamentado até ao 1T (2.109 milhões), mas o montante pago ascende apenas a 240 milhões de euros, distribuídos pelos consórcios empresariais para desenvolvimento das agendas para a inovação e que têm por finalidade o desenvolvimento de produtos e serviços de elevado valor acrescentado (173 milhões de euros); a recapitalização do sistema empresarial dos Açores e relançamento económico da agricultura açoriana (20 milhões) e a capitalização de empresas e resiliência financeira (31 milhões). A componente habitação é a 2ª com maior dotação orçamental e apresenta uma taxa de pagamento também reduzida (15%). Até à data os investimentos pagos concentram-se, essencialmente, em melhorias do tecido habitacional nas regiões autónomas e na criação de alojamento estudantil a custos acessíveis. Em terceiro lugar surge o SNS com uma taxa de pagamento de 12,5% e em quarto a componente qualificações e competências, com uma dotação orça-

### Montantes orçamentados e executados (Milhões de euros)



Fonte: Banco BPI com base em dados da CE e Missão Recuperar Portugal.

mental até março de 2023 de 640 milhões de euros e com apenas 150 milhões efetivamente investidos (taxa de pagamento de 24%). Nesta componente destacam-se os apoios financeiros para a contratação permanente, o investimento em centros tecnológicos especializados (37 milhões) e o projeto STEAM<sup>3</sup> (26 milhões). As taxas de pagamento mais significativas centram-se na componente escola digital, cujo pagamento já excede o orçamentado até março, na gestão hídrica e nas infraestruturas, com taxas de pagamento de 77% e 73%, respetivamente. Na gestão hídrica destacam-se investimentos na melhoria da eficiência hídrica no Algarve e Açores; nas infraestruturas destacam-se investimentos pagos na assinatura de um projeto rodoviário.

Até à data, Portugal recebeu 5.144 milhões de euros, dos quais 1.820 milhões já em 2023, mas que estavam programados para 2022, um atraso de poucos meses. Os fundos recebidos até 2022, representam cerca de 70% do total programado para o período, uma taxa favorável, mas que está empolada pela receção do pré-financiamento (2.159 milhões) que é descontado aos desembolsos programados em cada um dos períodos, mas que está disponível para ser transferido para os beneficiários, mal os seus projetos sejam aprovados e apresentadas os respetivos documentos justificativos das despesas.

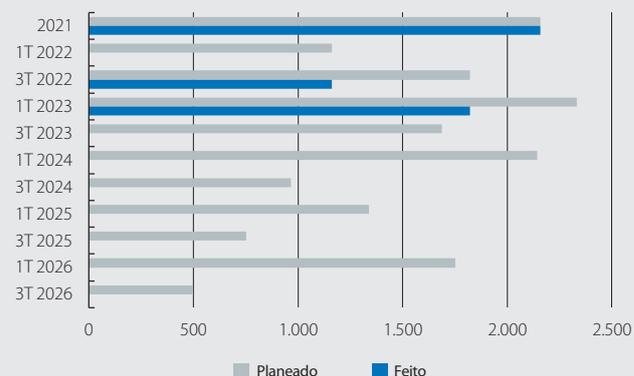
Em 2023, verifica-se já um atraso na calendarização programada para a receção dos fundos (a primeira tranche estava programada para o 1T 2023, mas ainda não foi sequer efetuado o pedido), o que é justificado pelas autori-

3. Tem por objetivo promover e apoiar iniciativas orientadas exclusivamente para aumentar a graduação superior de jovens em áreas de ciências, tecnologias, engenharias, artes e matemática (STEAM- Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics).

dades pelo facto de Portugal estar em processo de reprogramação do PRR que tem como objetivo, entre outros, de enquadrar a receção de 1,6 mil milhões de euros adicionais.<sup>4</sup> Contudo, mesmo num cenário idêntico ao de 2022, ou seja em que o país recebe apenas a primeira tranche e a segunda resvala para 2024, Portugal acaba por em 2023 receber um valor idêntico ao que estava programado (4.100 milhões de euros, equivalente a 1,6% do PIB estimado para o ano), representando um contributo não negligenciável para o crescimento da economia, sobretudo via expansão do investimento, devendo limitar o impacto negativo que o forte aumento das taxas de juro e restantes custos pode ter nas decisões dos investidores.

*Teresa Gil Pinheiro*

### Desembolsos previstos ao longo do programa (Milhões de euros)



Fonte: Banco BPI com base em dados da CE e Missão Recuperar Portugal.

4. O Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência prevê ajustes na distribuição dos fundos do NGEU pelos vários países em função do crescimento acumulado do PIB real em 2020-21, que no caso de Portugal foi negativo, refletindo-se num incremento dos fundos atribuídos em 1,6 mil milhões de euros.